**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER O MARCO TEMPORAL EM TERRAS INDÍGENAS, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2023, ÀS 16H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Leonardo Müller Minotto)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Mauro de Nadal, e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que tem por objetivo debater os reflexos do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os efeitos da tese do marco temporal em Santa Catarina, que discute se a promulgação da Constituição Federal de 1988 será a data escolhida para definir a ocupação tradicional das terras por indígenas, tendo em vista que a nova legislação traria mudanças territoriais em Municípios de diversas regiões do Estado, principalmente em áreas agrícolas.

Esta audiência pública também vai tratar da Portaria Federal nº 790, de 2007, do Ministério da Justiça, que estabeleceu a demarcação de terras indígenas em Cunha Porã e Saudades.

Marco temporal é como ficou conhecida a ação que trata da posse de terras indígenas. Segundo a tese, somente devem ser demarcadas as terras ocupadas pelos povos indígenas até a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, dificultando a remarcação. Os povos originários alegam que foram expulsos de suas terras e tiveram que se deslocar. Em Santa Catarina, parte dessas áreas reivindicadas é hoje ocupada por pequenos agricultores que possuem terras de sucessão familiar escrituradas desde a primeira metade do século passado. A retomada do julgamento no STF está marcada para acontecer no dia 7 de junho.

Já a Portaria Federal nº 790, de 2007, declarou a posse permanente do grupo guarani Nhandéva Chiripá, cerca de 2,7 mil hectares de terra localizadas nos Municípios de Cunha Porã e Saudades, localizadas no oeste de Santa Catarina, impactando 153 famílias em 214 pequenas propriedades com média de 15 hectares. A reivindicação se enquadrou no Estatuto do Índio como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo até o ano de 1962. Os pequenos proprietários alegam que não existem registros de nascimento ou óbito de descendentes indígenas nos cartórios da cidade datados dessa época.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Mauro de Nadal; o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Camilo Martins; excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos Vieira; o excelentíssimo senhor membro da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Repórter Sérgio Guimarães; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Altair Silva; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Emerson Stein; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Oscar Gutz; o excelentíssimo senhor Senador da República Jorge Seif; o excelentíssimo senhor Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, doutor Márcio Vicari; o excelentíssimo senhor Prefeito de Palhoça, Eduardo Freccia; o excelentíssimo senhor Prefeito de Saudades, Maciel Schneider; a excelentíssima senhora Prefeita de Cunha Porã, Luzia Iliane Vacarin; o senhor presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), Sérgio Rodrigues Alves; e o senhor presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), José Walter Dresch. (*Palmas*.)

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso cerimonial: Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, Diogo Roberto Ringenberg; Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, Loreno Weissheimer; Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos do Estado de Santa Catarina, Ezequiel Pires; vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), Enori Barbieri; superintendente Institucional e Administrativo da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL), Arnaldo Sousa; diretor-superintendente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, Neivo Luiz Panho; diretor Institucional e Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Carlos José Kurtz; Prefeito de Maravilha, Sandro Donati; Vice-Prefeito de Saudades, Marcos Roberto Hoss; Vice-Prefeito de Cunha Porã, Rafael Augusto Boer; Secretário Municipal de Agricultura de Palmitos, Geraldo Henrique Wahlbrink; Secretário Municipal de Agricultura de Cunha Porã, Vilson Pedro Kempfer; Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Cunhataí, Vereador Evelton Jair Schmitt; Presidente da Câmara de Vereadores de Cunha Porã, Vereadora Tatiana Ines Ely Henicka; e Presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia, Vereador Fábio Luís Ferri.

As demais citações serão registradas no decorrer da presente audiência.

Convidamos o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Mauro de Nadal, proponente desta audiência pública, para que proceda à abertura oficial desta audiência pública e presida os trabalhos.

Uma ótima audiência pública a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Boa tarde a todos e a todas.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes*.)

Está presente também o movimento que foi criado em defesa dos agricultores do Município de Cunha Porã e Saudades, que é chamado de DPD, e outras organizações presentes, que de uma forma ou outra estão diretamente ligadas a esta situação que envolve o marco temporal e que acaba refletindo diretamente na vida de vários Municípios do Estado de Santa Catarina.

Como é de conhecimento e também o protocolo mencionou há pouco, a pauta será retomada agora no mês de junho no STF. Esta ação é oriunda aqui de Santa Catarina, mais precisamente do Município de Vitor Meireles, e esta decisão pode levar a uma insegurança jurídica muito grande para toda a nossa Federação. Então é importante este momento para que vocês possam se manifestar acerca da situação em que vivem especificamente alguns Municípios aqui do território catarinense, até porque o endosso das reivindicações feitas hoje será feito por esta Casa, que levará ao conhecimento da Presidência do Senado e da Presidência da Câmara dos Deputados, ao conhecimento do Presidente da República e de todos os Ministros que estão analisando essa tese neste exato momento no STF.

A força desse encaminhamento será uma força bem considerável, até porque esse tema tem tirado o sossego basicamente de todos os Pares aqui da Casa e também do governo do Estado de Santa Catarina, na pessoa do nosso Governador Jorginho Mello, aqui representado pelo nosso Procurador. Temos também aqui presente, por convite do doutor Márcio Vicari, o doutor Loreno, que é um exímio conhecedor de toda essa situação dessas ampliações de áreas no território catarinense e de novas demarcações. Então nós temos pessoas que conhecem o assunto que estarão debatendo conosco na tarde de hoje.

Atendendo a agenda externa do colega Deputado Marcos Vieira e também do colega Deputado Altair Silva, eu passo de imediato a palavra a eles.

Com a palavra o Deputado Marcos Vieira.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA** – Muito obrigado, senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes*.)

Em nome do meu amigo Sérgio Alves, que preside hoje a Facisc - fomos Secretário de Estado juntos -, eu quero cumprimentar também todas as entidades que se fazem presentes aqui na Assembleia Legislativa.

Nós estamos vivendo no Supremo Tribunal Federal uma situação muito complicada, prestes inclusive a ter uma sentença desfavorável ao nosso pleito, o que é um retorno: a quebra da segurança jurídica no Brasil.

O artigo 231, da Constituição Federal de 1988, é bem claro. E retrocedermos hoje é criarmos uma situação social muito ruim, muito grave para todos nós. Participei daquela audiência pública na cidade de Cunha Porã, onde discutimos de forma localizada a situação que hoje ocorre no Vale do Araçá entre Cunha Porã e a cidade de Saudades. Se essa decisão do Supremo Tribunal Federal for desfavorável, não tenho dúvida, como disse o nosso Presidente, que vai atingir todo o Brasil e, aí, sim, haverá um retrocesso sem precedentes na história recente do Brasil.

Eu disse naquela oportunidade em Cunha Porã que são os produtores rurais que produzem alimento de qualidade que chega a nossa mesa todos os dias. São os produtores rurais que, junto com as suas famílias, estão localizados há uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito gerações e com escrituras públicas e, hoje, nós não devemos admitir essa quebra da segurança jurídica criando uma insegurança jurídica no Brasil inteiro.

Muito pertinente e oportuna a iniciativa do nosso Presidente, Deputado Mauro de Nadal, ao convocar esta audiência pública para que, no dia de hoje, possamos discutir essa situação. Tenho dito e reitero a minha posição clara e firme em conversa que tenho tido com a Prefeita Luzia há muitos e muitos anos, que é a favor do marco temporal. Não devemos quebrar a segurança jurídica do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal) –** Com a palavra o Deputado Altair Silva.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL ALTAIR SILVA** – Boa tarde a todos.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes*.) [*Transcrição: Jenifer Girardi / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini*]

A Constituição de 1988, no artigo 231, deixa bem claro:

(*Passa a ler.*)

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.” Está na nossa Constituição.

Depois, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 67 coloca que: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.”

Pois bem, a Constituição foi promulgada em 1988, no dia 5 de outubro. Portanto, no dia 5 de outubro de 1993, em tese, se encerrou o prazo no qual a União poderia demarcar mais terras indígenas.

Não obstante esse tema que veio à Suprema Corte e foi julgada em 6 de setembro de 2018, uma ação que perdurou por anos, vale destacar que a tese que se convencionou denominar marco temporal foi adotada pelo próprio Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do caso Raposa Serra do Sol, em que se pretendia destacar uma nova área indígena nessa região, e o Supremo Tribunal Federal, naquela oportunidade, já decidiu que as terras indígenas eram aquelas em que ocupavam índios em 1988. Portanto, já existe uma decisão transitada em julgada pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Seria contraditório voltar à tona esse tema sabendo que já existe coisa julgada sobre a mesma matéria. De lá para cá todos os senhores acompanharam o sofrimento das famílias catarinenses que se dedicam à produção, à geração de riquezas.

As comunidades indígenas... Eu resido em Chapecó e nós temos duas comunidades indígenas com as quais mantemos contato e eu tive a oportunidade de perguntar para aquelas comunidades indígenas o que elas mais precisavam, e foi unânime: o que os índios mais pediram foram programas mais sólidos e consistentes para melhorar a qualidade de vida em relação à saúde e à educação. Não vi nenhum índio aqui de Santa Catarina pedindo mais terras, mas, sim, pedindo socorro por educação e por saúde.

Portanto, logo após a audiência lá de Cunha Porã, nós propusemos uma moção neste Parlamento, uma moção de contrariedade em relação às decisões do atual Presidente da República em demarcar novas terras indígenas. Essa moção, que foi apresentada aqui na Casa, tinha como objetivo levar uma decisão do Parlamento catarinense sobre o posicionamento que o atual Presidente vem tomando e para ver se algum dos colegas Deputados pensava diferente, e teria toda a liberdade de se manifestar. E a moção foi aprovada por unanimidade por todos os Deputados Estaduais desta Casa. Nem no partido do senhor Presidente da República encontrou-se apoio pelas iniciativas que vem tomando em nível de Brasil.

Eu tenho certeza de que esta audiência pública chegará no final, e acredito que nós temos que criar um movimento por meio das Assembleias Legislativas, criando procedimentos para que cada Estado possa proteger a sua forma de produção. Tenho certeza de que este Parlamento encontrará eco, encontrará parceiros, e vocês podem ter certeza, todos que trabalham e produzem, os nossos Vereadores, os nossos Prefeitos que estão aqui, todas as lideranças, que se depender do Parlamento catarinense o apoio é de todos, e nós estaremos juntos até o final desta luta para que possamos finalmente dar paz a quem trabalha, produz e merece todo o nosso respeito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Nós estamos com três Prefeitos na mesa de honra, e eu acho oportuno que os Prefeitos falem um pouco antes das demais manifestações.

Com a palavra o Prefeito Eduardo Freccia, da Palhoça.

**O SR. PREFEITO EDUARDO FRECCIA (Palhoça/SC)** – Uma boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Mauro, em seu nome todos os presentes nesta mesa; demais autoridades presentes nesta tarde, mas, principalmente, a população dos Municípios diretamente afetada neste momento e que se faz presente aqui hoje.

Não vou repetir palavras já ditas quanto às questões legais, marcos e tudo mais, vou me ater ao impacto real do que essa possível demarcação de novas áreas poderá trazer ao Município de Palhoça.

Estamos falando no Município da criação de um corredor de áreas indígenas, fazendo margem à BR-101, de mais de dez quilômetros. Para que se entenda o quanto isso é impactante no Município, se colocarmos em discussão também a zona de amortecimento que é criada com uma nova reserva, uma nova área, praticamente todo o Município estará dentro de área de reserva ou de área que impacta sobre a reserva. Isso vai trazer grandes prejuízos para toda a cidade, mas, principalmente, o que tem que ser observado é o prejuízo a essas famílias que são diretamente atingidas.

No último sábado tivemos os festejos dos 273 anos de fundação da comunidade da Enseada de Brito. São 273 anos de existência de uma comunidade que agora está ameaçada de ter as famílias despejadas de uma hora para outra, de uma forma arbitrária, de uma forma surpresa para todos nós; famílias que historicamente vivem na cidade e que historicamente possuem o documento do seu terreno, e que do sul ao norte do Município serão impactadas.

Esse trabalho é muito importante. Agradeço a proposição desta audiência e os trabalhos que vêm sendo realizados. Estamos com a população de Palhoça com o intuito de não permitir e impedir que isso aconteça. Juntando forças eu não tenho dúvida que nós chegaremos muito mais perto disso do que com ações individuais isoladas.

O Município de Palhoça carece da necessidade de se interromper esse entendimento e que realmente pacifiquemos que o marco da Constituição é o marco real e que não tenhamos mais inseguranças, a fim de que de ano em ano, de tempos em tempos, não sejamos ameaçados lá no Município com uma nova demarcação de uma nova área. São famílias que perdem o sono, que perdem a saúde com a preocupação de não saberem se em cinco anos, dez anos, quinze anos ou vinte anos continuarão sendo donas daquilo que já é delas.

Então eu agradeço a proposição desta audiência. Vamos somar forças e trabalhar em conjunto. O Município de Palhoça e o Poder Público também estão empenhados para que possamos, juntamente com a Câmara de Vereadores, fazer todo o trabalho necessário para consolidar aquilo que já é de fato de vocês, de cada proprietário.

Obrigado e boa tarde. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra a Prefeita de Cunha Porã, senhora Luzia Iliane Vacarin.

**A SRA. PREFEITA LUZIA ILIANE VACARIN (Cunha Porã/SC)** – Boa tarde a todos e a todas.

Quebrando o protocolo, Deputado Mauro, eu gostaria que todas as mulheres cunha-porenses e saudadenses, que viajaram esta noite para estarem aqui, ficassem de pé e, representando as mulheres nesta mesa, sou a única mulher aqui, que todos aplaudíssemos essas mulheres agricultoras que estão aqui hoje. (*A plenária aplaude.*)

Muito obrigada.

Ontem foi o Dia das Mães e o ônibus saiu às 22h, viajamos por doze horas. Nós temos quatro ônibus aqui, de Saudades e de Cunha Porã, com pessoas de 83 anos sentadinhas na linha de frente.

Cumprimento o Presidente da Alesc, Deputado Mauro, cunha-porense, que foi Prefeito por oito anos, que também passou por essa história e sabe dessa causa, em seu nome cumprimento os demais Deputados; o Prefeito de Saudades, guerreiro conosco nessa luta; o presidente da Facisc, que está aqui; e do CDL – eu falei agora para o seu Sérgio que eles precisam ouvir essa história para nos ajudar nessa defesa; o Senador da República, que está aqui, o senhor é aclamado neste Estado e precisamos muito do senhor lá.

Cunha Porã tem 11 mil habitantes e fica no extremo-oeste. Há 23 anos um ônibus invadiu o nosso Município tomando as nossas terras em uma noite fria de julho. Eu tenho 47 anos de idade, nasci e cresci em Cunha Porã, e nunca vi índio lá. Daquele ponto em diante nós defendemos nossas terras na Justiça e ganhamos a causa até aqui, em cima do marco temporal.

Marco temporal é a palavra e eu peço a cada um que está escutando aqui hoje para estudar o que é para poder defender, porque muitos não sabem. Eu cansei de explicar às autoridades, às lideranças o que é marco temporal. Nós não estamos somente falando de Santa Catarina, Cunha Porã ou Saudades, estamos falando de um País que, lá na nossa Constituição, já foi falado aqui, 1988 é o corte. Tem que ter índio nessa data para requerer a terra indígena.

As escrituras de Cunha Porã são de cem anos e nós temos que lutar para defender as nossas terras, e nós lutamos! Mas hoje queremos, mais uma vez, mostrar a todos para quem pudermos falar – e agradecemos, Deputado Mauro, a cada um e a todos vocês que aqui estão –, que nós precisamos fazer justiça, porque desde o ano passado, quando o marco temporal começou a ser votado, já foram dois votos. As pessoas me param e dizem assim: Prefeita, não pode, não pode tirar o que está na Constituição. E eu digo que pode, já aconteceu, já está acontecendo, um voto sim e um não. O marco temporal é o nosso direito, de todos nós, brasileiros. Em Cunha Porã 63% da arrecadação é agrícola; nós temos de movimentação econômica R$ 45 milhões/ano nas nossas terras, pagas.

Eu sou de origem italiana, a maior origem do Sul é italiana e alemã, os nossos descendentes foram convidados por um governo antigamente para virem para cá colonizar e eles pagaram pelas suas propriedades. E esse mesmo governo fala em tirar o nosso direito à propriedade. Quatro gerações, muitas vezes, estão naquele lugar. Nós, como Prefeitos, escutamos: depressão, tristeza. Quem está aqui e tem a sua casa, você já imaginou de um dia para o outro ela não ser mais sua, mesmo que você tenha comprado e pagado? Os jovens de 23 anos de idade, que cabeça eles têm? Quanta depressão e quantas outras coisas, como suicídio, já passamos em nossa cidade?!

Estamos implorando por justiça e que todos falem, sim, ao marco temporal com a maior força que pudermos fazer. Esse é o nosso pedido hoje, é a nossa aclamação, e estamos juntos com o Movimento de Defesa da Propriedade e Dignidade (DPD). Eu quero agradecer a todos que vieram, [viajaram] 12h de ônibus para estar aqui, na frente de vocês. E [quero dizer] aos senhores, lideranças, que nos ajudem, nós precisamos fazer essa diferença.

E finalizo [dizendo que] 14% do território nacional hoje é indígena, isso representa 117 milhões de hectares. O agro no Brasil hoje representa 88 milhões de hectares, de onde vem o alimento? Um por cento é Santa Catarina, território nacional. Os índios já têm 14 Santa Catarina, é grande esse número. Se falta política pública para eles, que seja dada, mas não tirada [a propriedade] com injustiça, porque nós produzimos o alimento que se coloca na mesa de todos.

Muito obrigada, fiquem com Deus e que Ele nos ajude. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o Prefeito de Saudades, Maciel Schneider.

**O SR. PREFEITO MACIEL SCHNEIDER (Saudades/SC)** – Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde, Presidente Mauro, e parabéns pela iniciativa de trazer esta audiência pública até aqui.

O Município de Saudades tem um pouco mais de 10 mil habitantes e hoje lá estão sendo discutidos 1.400 hectares de terras, 7% do nosso território. O nosso movimento econômico dentro daquela área é de R$ 51 milhões. O Município de Saudades, incrivelmente, no ano de 2022, deve encerrar perto de um bilhão do movimento econômico do Município, ou seja, 67% da nossa produção vem do agronegócio.

Aqui eu vejo tantos produtores que deixaram suas propriedades para lutar pelo que já é deles. É muito injusta essa situação.

Senador, nós precisamos fazer com que o Congresso nos apoie nessa causa. Leve a mensagem de Saudades, de Cunha Porã e de todo o Estado de Santa Catarina que vive essa situação que está em discussão, porque o marco temporal é fundamental. É ele que embasa a nossa defesa. Não tem índio em Saudades, não tem índio em Cunha Porã! Não tinha índio em Saudade e Cunha Porã em 1988. Então essas terras são dos nossos produtores, que têm a mão calejada de tanto trabalhar de sol a sol para produzir, como a Prefeita Luzia muito bem falou, o alimento para esta Nação, e nós precisamos que essas pessoas continuem trabalhando. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi*]

Vejo aqui o Lucas, se não me engano, talvez o Lucas tenha se criado dentro dessa disputa, e o pai dele nos deixou. Ele encampou essa batalha e está aqui. Nós não vamos desistir, nós vamos trabalhar juntos com todos os produtores de Saudades, Cunha Porã e de todo Estado de Santa Catarina. Nós precisamos fazer prevalecer o marco temporal para que nós possamos simplesmente trabalhar para produzir alimentos para este país, para este mundo.

Parabéns pela iniciativa, contem conosco, estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Leonardo Müller Minotto)** – Este cerimonial convida para compor a mesa o excelentíssimo senhor Deputado Federal Valdir Cobalchini e o senhor presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL), Onildo Dalbosco Júnior.

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades: do senhor Vereador Johny Marcos Tibes de Souza, de Caçador; do senhor Vereador Jeferson Comper, de Vitor Meireles; do senhor Vereador Closmar Zagonel, de Concórdia; dos senhores Vereadores de Chapecó Valdir Smael Carvalho e Paulo Luiz de Vargas; dos senhores Vereadores de Cunha Porã Leocir Daniel Bourscheid, Rogério Grade, Djuliano Francisco Kempfer e Anderson Rafael Assmann; dos senhores Vereadores de Maravilha Marclei Lizete Radin Grando, Natalino Prante e Ademir Celso Unser; dos senhores Vereadores de Palhoça Nirdo Artur Luz (Pitanta), Juninho da Farmácia, André Carlos Xavier, Mário Cesar Hugen, Joel Filipe Gaspar (Pakão), Gilberto Adailton de Farias, Marcos Roberto de Melo e Elton Esomérico de Quadros; dos senhores Vereadores de Saudades Clairton Lauxen, Elaiamar Corradi, Claudemir Brescovitz, Clério Antônio dos Santos, Everson Jandrei Weber e Cleiton Rafael Knorst; Antônio Carlos Cardoso de Medeiros, representando o gabinete do Vereador Alex Mota, de Palhoça; e do senhor presidente do PSOL de Florianópolis, Leonel Camasão.

Devolvo a palavra ao senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, doutor Márcio Vicari.

**O SR. PROCURADOR-GERAL MÁRCIO VICARI** – Boa tarde, senhoras e senhores. Eu cumprimento todas as autoridades da mesa que já foram nominadas na pessoa do Presidente da augusta Assembleia Legislativa, Deputado Mauro de Nadal; faço uma referência especial ao Senador Jorge Seif e ao Deputado Federal Valdir Cobalchini.

Senhoras e senhores, eu trago aqui o testemunho de que ao ser convidado pelo Governador Jorginho Mello para assumir a Procuradoria-Geral do Estado, sua excelência me fez dois pedidos de atenção especial e, um deles, foi exatamente em relação ao tema do marco temporal e do processo que está agora voltando a ser julgado no Supremo Tribunal Federal.

Eu gostaria de dizer às senhoras e aos senhores que a Procuradoria-Geral do Estado – e aqui estão dois dos membros do nosso grupo de trabalho da Procuradoria-Geral do Estado dedicados exclusivamente a isso, ao trabalho de atenção e de cuidado com o processo de demarcação de terras indígenas, o doutor Ezequiel Pires, que é Procurador-Geral Adjunto, e o doutor Loreno Weissheimer, que é o Corregedor da Procuradoria. Nós estamos dedicados integralmente ao cuidado desse processo em particular que, como já foi dito aqui, terá repercussões em todos os demais processos em que se discuta a demarcação de terras indígenas no Brasil.

Também quero dizer que esse processo, como foi dito há pouco, já teve o seu julgamento iniciado. Ele contém dois votos, um voto do Ministro-Relator e um voto de um segundo Ministro, cada um num sentido. Um sustentando a tese do marco temporal e outro dizendo que terras indígenas são aquelas que tenham sido ocupadas, mesmo que em tempos muito remotos, muito antigos, por indígenas.

O que o Estado de Santa Catarina, o governo do Governador Jorginho Mello tem defendido perante o Supremo Tribunal Federal é que nós precisamos aceitar que esse tema, que é um tema difícil, já foi pacificado pelo Supremo Tribunal Federal em mais de uma ocasião. Foi pacificado no caso Raposa Serra do Sol, provavelmente – e não sou eu que digo isso, o Ministro Gilmar Mendes disse isso num voto – o processo mais difícil que o Supremo já julgou. Vários Ministros do Supremo foram até o norte do Brasil para ver *in loco* a situação em que estavam as reservas indígenas naquela localidade. E o Supremo, depois de profundos debates, depois de várias audiências públicas, concluiu que a forma de pacificar essa questão de zoneamento e reserva de territórios indígenas no Brasil era adotar um marco temporal, era adotar um momento no tempo que fosse o marco pelo qual, naquela data, se verificasse quais eram as terras ocupadas pelos indígenas no Brasil. Esse marco temporal foi definido pelo Supremo Tribunal Federal, nesse julgamento, como sendo no dia 5 de outubro de 1988, o dia da promulgação da Constituição. Ou seja, o Supremo Tribunal Federal disse, naquela ocasião, pelo Plenário, por todos os Ministros, com um voto vencido apenas, que as terras que fossem ocupadas pelos indígenas no dia 5 de outubro de 1988 pertenceriam aos indígenas e àquelas que não fossem, não pertenceriam aos indígenas.

É importante dizer, inclusive, que isso não é novidade, porque o Supremo já havia estabelecido essa regra em julgados mais antigos ainda, Presidente Mauro de Nadal, tanto que emitiu uma regra geral, que nós chamamos juridicamente de súmula, que consolida a sua jurisprudência, que é a Súmula nº 650. A Súmula nº 650 do Supremo, súmula antiga, diz que as terras de indígenas não alcançam as terras de aldeamento extintas, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto, ou seja, só as ocupações contemporâneas, só as ocupações atuais pelos indígenas é que podem ser consideradas terras indígenas.

O que o Estado de Santa Catarina tem defendido no Supremo, e irá novamente no dia 7 de junho – eu estarei lá com a minha equipe da Procuradoria-Geral do Estado fazendo essa defesa novamente –, é que só podem pertencer aos indígenas as terras que eles ocupavam em 5 de outubro de 1988, porque assim diz a Constituição. E quem diz o que é a Constituição é o Supremo. E é o Supremo que já disse que é assim, que as terras indígenas são essas. É o Supremo que já disse que esse é o modo de se acautelar e de se pacificar o conflito social.

E digo mais, este caso, Presidente Mauro de Nadal e eminentes Deputados, que está agora em julgamento no Supremo, que é um caso de Santa Catarina, que é um caso de Vitor Meireles, é um caso em que as terras disputadas e pretendidas pelos indígenas são terras de preservação permanente, inclusive fazem parte de um parque de preservação permanente. E quem propôs a ação foi a então Fatma, hoje IMA – Instituto do Meio Ambiente do Estado –, para proteger essas terras de proteção ambiental. O IMA ganhou em 1º Grau, ganhou em 2º Grau e ganhou no Superior Tribunal de Justiça, e aí sobreveio o recurso levado ao Supremo Tribunal Federal com um voto do Ministro-Relator no sentido de inovar a interpretação que até então o Supremo fazia.

Digo ainda, e para concluir, senhor Presidente, que reputo que esse processo que está agora lá em julgamento no Supremo Tribunal Federal e que é aqui de Santa Catarina, nem mesmo – com todo o respeito, obviamente, à compreensão que o Supremo já teve de admitir a repercussão geral – é representativo da questão indígena no Brasil.

Nós não podemos tratar - com todo o respeito digo isso, posso estar errado, mas é a minha opinião - Santa Catarina da mesma maneira que tratamos outras localidades do Brasil em que os conflitos indígenas são muito graves, realmente, e em que determinadas demarcações realizadas pelo Poder Público Federal abrangem, às vezes, Presidente, a despeito da sua larga extensão de terra um só proprietário, porque são latifúndios que são atingidos por essas demarcações. Isso não acontece em Santa Catarina, qualquer demarcação em Santa Catarina atinge centenas de famílias e, portanto, a situação de Santa Catarina é uma situação diferente que tem que ser tratada diferentemente, porque fazer justiça é tratar diferentemente os que são desiguais.

Por isso, no dia 7 de junho, a Procuradoria-Geral do Estado, atendendo a determinação do Governador Jorginho Mello, estará em Brasília, como esteve desde 1º de janeiro, defendendo os interesses do Estado que são os interesses de todos os catarinenses.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Leonardo Müller Minotto)** – O cerimonial convida para fazer parte da mesa de autoridades o Secretário de Estado da Agricultura, senhor Valdir Colatto.

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades: do senhor Prefeito de Palmitos, Cristiano André Hoppe; do senhor Vereador de Palhoça, Eder Cristiano Rodrigues; do senhor presidente do Sindicato da Agricultura Familiar do Município de Vitor Meireles, Francisco Jeremias; do senhor presidente da Associação dos Moradores da Praia de Fora, Sisto Tiago de Matos Junior; do senhor presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, Losivanio Luiz de Lorenzi, do senhor presidente do Movimento de Defesa, Propriedade e Dignidade (DPD) dos Municípios de Cunha Porã e Saudades, Nilson Immich; do senhor presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Cunha Porã, Gilmar Ceccon; e do senhor presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Maravilha, Neivo Allebrandt.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o Deputado Repórter Sérgio Guimarães.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES** – Boa tarde, senhoras e senhores. Em nome do Presidente Mauro, eu cumprimento todas as autoridades e os meus colegas Deputados.

Que bom que estamos aqui conversando e debatendo um assunto tão importante. Eu quero cumprimentar os moradores de Cunha Porã, doze horas na estrada, de ônibus, lutando por um direito que já é de vocês. Chega a ser uma piada o que esse governo federal está querendo fazer com o nosso Estado e com o nosso país.

Eu quero trazer uns dados para vocês. Santa Catarina tem 183 mil propriedades rurais, tem o 9º maior faturamento do País no setor agrícola, no Brasil são 5 milhões de produtores rurais, em números do IBGE, 900 mil índios. Então, esses 900 mil índios se sobrepõem a todos os dados anteriores que eu mencionei para vocês, é isso o que pode acontecer. Mais terra para índio? Eles nem vão saber o que vão fazer com tanta terra, a verdade é essa. Na minha cidade, em Palhoça, três regiões podem simplesmente desaparecer, Araçatuba, onde eu estive no sábado à noite reunido com a comunidade; Enseada de Brito e Maciambu. Estive também no fechamento da BR-101, dos moradores de Palhoça, num movimento organizado junto com a Polícia Rodoviária Federal. Sim, é o desespero. É o desespero!

Eu quero cumprimentar também todos os Vereadores de Palhoça que aqui estão; o Luciano Pereira, meu amigo também de Palhoça, uma grande liderança que está aqui.

Então é isso que estão querendo fazer com Santa Catarina e com nosso país. Um dado por baixo: se isso acontecer, cerca de 30% do território nacional vai passar para a mão dos indígenas. Temos noção do derramamento de sangue que vai ser neste país, no nosso Estado? Sérgio, mais derramamento de sangue? Lógico. Uma família que está lá há cinquenta anos, sessenta anos, sabe-se Deus quantos anos, ganhando seu sustento das terras, que ali moram, vão sair com facilidade, simplesmente para os bonitões dos indígenas tomarem conta de tudo? Não! Não vão sair e com direito, porque têm que ficar e têm que lutar pelo que é deles.

Por isso que nós estamos aqui. Vocês puderam perceber que é unanimidade o apoio à causa, aos senhores, à Cunha Porã, à Palhoça e aos demais Municípios deste país e deste Estado, porque vai ter Município que vai desaparecer.

Senador Seif, o senhor tem um grande papel em Brasília. E eu fico muito triste que a Grande Florianópolis não tenha nenhum Deputado Federal, mas nós temos que cobrar dos demais Deputados das outras regiões força em Brasília. E se nós precisarmos ir a Brasília, como o Vereador Pitanta já foi, como o Vereador Juninho da Farmácia também foi, esses Deputados também irão, porque nós estamos aqui para representá-los, cada um de vocês. Vocês podem contar conosco, nós somos os representantes de vocês e não vamos entregar isso fácil, não, podem ter certeza.

No Morro dos Cavalos tu não podes colocar um tijolo porque senão o índio berra e para tudo! Eles podem tudo no Morro dos Cavalos, eles param a BR-101 quando bem entendem. Com os moradores dessas três localidades que eu disse, de Palhoça, foi negociado: quinze minutos. Os índios fecham e ficam uma hora, duas horas, e aí se um policial rodoviário colocar a mão no ombro de um deles... porque eles podem tudo! [*Transcrição e Revisão: Grazielle da Silva*]

Mas eu quero dizer para vocês que este Deputado, junto com esta Casa e com as demais lideranças do nosso Município, com o Prefeito de Palhoça e de onde for necessário, vai lutar pelo interesse de vocês, pela propriedade privada, por onde vocês estão. Como eu vejo escrito nessas faixas aqui: “Mais de sessenta famílias centenárias poderão ser desapropriadas.” É isso que nós vamos deixar acontecer? Nem que a vaca tussa.

Nós vamos lutar até o final e vocês podem contar com o apoio integral deste Deputado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** — Com a palavra o senhor Sérgio Rodrigues Alves, presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc).

**O SR. SÉRGIO RODRIGUES ALVES** — Obrigado. Boa tarde a todos.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

E cumprimento todos que já tiveram a oportunidade de manifestar aquilo que é o nosso sentimento de justiça.

Eu quero fazer uma ressalva ao que a Prefeita Luzia, de Cunha Porã, fez conosco há poucos instantes aqui, mostrando a garra e aquilo que nós temos de melhor em Santa Catarina: o poder e o trabalho da família catarinense. Pessoas que se deslocaram quatorze horas, senhoras de idade – aproveitando o momento, parabenizo-as pelo Dia das Mães –, que vêm aqui dar essa demonstração de que o que nós queremos é justiça.

A importância da segurança jurídica é algo que nós não podemos, em momento algum, abrir mão ou mesmo negociar. Não somos contra os índios. Longe de se pensar isso. Eu, como representante de uma entidade associativa, presente em 280 Municípios dos 295 Municípios de Santa Catarina, tenho o dever e a obrigação de cuidar e de primar por aquilo que nós, catarinenses, temos de direito, que é, no mínimo, o direito à propriedade. É uma injustiça achar que pessoas com quarenta anos, cinquenta anos, sessenta anos ou cem anos de propriedade simplesmente, da noite para o dia, possam ter o seu direito esquecido, ameaçado, perdido. Não queremos isso.

Volto a frisar, não somos contra os índios, mas por que eles precisam ter um diferencial quando todos nós somos iguais perante a lei? Não é justo isso. Então eu trago aqui essa mensagem, em nome da Federação, de que nós queremos igualdade, queremos justiça, e não queremos insegurança jurídica. Nós somos um povo trabalhador, o maior exemplo está aí, o nosso agronegócio hoje alimenta praticamente o mundo. Nós somos exemplo e não podemos ser usados para resolver problemas que não fazem parte do nosso dia a dia.

Eu também quero manifestar aqui o nosso compromisso de apoiar o marco temporal do dia 5 de outubro de 1988. E o marco que nós temos que defender, essa mensagem eu deixo ao Senador Jorge Seif, é inegociável. Nós temos que batalhar e lutar por essa data. Nós merecemos e é um direito que temos.

Obrigado por esta oportunidade, Presidente. Estamos juntos, nós, Federação, tomo a ousadia de falar em nome do Cofem – aqui representado pela Fiesc com o doutor Carlos Kurtz – e da CDL, de que nós queremos que o marco seja respeitado.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** — Com a palavra o senhor José Walter Dresch, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc).

**O SR. JOSÉ WALTER DRESCH** — Inicialmente cumprimento o Deputado Mauro de Nadal e em seu nome todas as autoridades que compõem a mesa. Quero agradecer pelo convite e pela oportunidade. Cumprimento também as demais lideranças; e de uma forma muito especial os agricultores e as agricultoras.

Eu acho até que com os meus cabelos brancos fica meio esquisito termos que debater assunto como esse que estamos hoje debatendo. É quase difícil de acreditar.

Eu tenho passado por inúmeras audiências públicas que têm preocupação na continuidade da agricultura familiar catarinense, até porque ela está envelhecida, está com dificuldade de ter sucessão, está um tanto difícil para quem produz aquilo que há de mais essencial para a sociedade brasileira, que são os nossos agricultores.

E a gente vem aqui, no dia de hoje, conversar com as autoridades, pedir providências para uma loucura, que eu não sou capaz de acreditar que se concretize neste país, sinceramente. Eu, na escola, lá no meu primário ainda, ouvia falar que temos que respeitar a lei. E eu segui nesse tranquito, meu pai se foi lá para cima, com 93 anos de idade, e talvez seja a única herança que ele deixou para a gente. Mas, que tipo de respeito à lei? É rasgarmos a Constituição e jogarmos no lixo? Que tipo de respeito é esse com as leis?

Eu acho que temos que nos perguntar até onde vamos continuar discutindo essa questão? Eu acompanho a discussão da questão indígena de Cunha Porã e Saudades, se não estou enganado, há mais de vinte anos. E para mim não é muito difícil falar sobre isso, porque sou de São Miguel do Oeste. A minha família migrou lá para São Miguel do Oeste em 1957, e eu nunca vi uma tribo indígena naquela região.

Eu queria reforçar aqui e dizer o seguinte: onde tiver uma tribo de índio, eu acho que temos até que respeitar por eles estarem lá em uma tribo indígena. Agora, ir por aí, procurar índio para colocar em terra de agricultor, desmanchar a comunidade e enterrar a história de Santa Catarina, isso que não dá para admitir.

Nós temos aqui, nesta tarde, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputado Federal, nosso Secretário de Agricultura, Senador, lideranças sindicais, a representação do Estado catarinense. Há poucos dias participei de uma audiência pública que tinha uma preocupação muito grande de Santa Catarina não perder a sua identidade, porque mais de 90% do Estado catarinense é feito de “propriedadezinhas”, desse tamanhinho, pequenininha, 8 hectares, 10 hectares, 15 hectares, 20 hectares, e fazem grandes negócios. Agora, nós vamos acabar com comunidades inteiras porque alguém disse que um dia por lá passou índio. Se não estou enganado, deve ter vivido índios aqui, na Capital do Estado catarinense também. Então vamos acabar com a Capital de Santa Catarina? Nós vamos eliminar o Estado catarinense, porque passou um índio por aqui. Eu acredito que o planeta Terra deva ter sido habitado primeiro pelos índios, exatamente.

Ninguém está querendo fazer guerra com índio. Acho que não é essa a nossa intenção, não é esse o papel de quem está aqui. Precisa proteger os índios? Sim. E como é que ficam os não índios? Como fica a situação deles? Como é que fica a situação das pessoas que serão desalojadas, que não estão conseguindo dormir, que não estão conseguindo produzir, que vão lá no banco para buscar crédito e dizem que a sua Declaração de Aptidão, a DAP, está bloqueada, o cidadão não pode validar o CAR. Como é que ficam esses, se a Constituição brasileira fala tanto de igualdade? Então, vamos de fato praticar igualdade.

Deputado Mauro, autoridades que aqui estão, tenham a certeza de que a Fetaesc estará sempre ao lado e junto de quem trabalha e produz riqueza neste Estado e neste país.

Um grande abraço e saúde a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** — Com a palavra o senhor Onildo Dalbosco Júnior, presidente da FCDL/SC.

**O SR. ONILDO DALBOSCO JÚNIOR** — Boa tarde a todos.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Eu me solidarizo com cada um de vocês e os parabenizo por estarem aqui buscando o seu direito, aquilo que é direito, o direito da sua propriedade. E quero dizer que nossa entidade estará sempre ao lado de vocês, estará presente naquilo que for necessário para que nós possamos apoiar essa nobre causa que é cuidar daquilo que é seu.

Estão de parabéns por estarem aqui esta tarde e parabéns ao Deputado Mauro por ter proposto esta audiência pública.

Muito obrigado pela oportunidade e contem conosco. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** — Registro também as presenças de: Neivo Allebrandt, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maravilha; Vanderlei Rutkoski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riqueza e presidente da Microrregião Três Fronteiras; Genesi Duarte, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palhoça; Adair Filippin, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Iraceminha; Luiz Antônio Cavalleri, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmitos; Daniel Ferrari, vice-presidente da Cooperativa Regional Auriverde; Marcos Borghetti, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Romelândia; Ivan Ramos, diretor executivo da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina; e Roque Orso, diretor tesoureiro, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Oeste.

Com a palavra o Senador da República Jorge Seif.

**O SR. SENADOR DA REPÚBLICA JORGE SEIF (SC)** — Senhoras e senhores, muito boa-tarde.

Quero fazer um cumprimento especial aos senhores que saíram de todos os cantos do Estado de Santa Catarina para prestigiar esta audiência, que acima de tudo é para preservar o direito de vocês.

Nós, enquanto órgãos constituídos, Poderes, Deputados, Senadores, Procuradores, Vereadores e Prefeitos, temos até que pedir perdão, porque nesta tarde poderiam ser discutidos tantos outros assuntos que o nosso Estado precisa, que a nossa Nação precisa, mas estamos aqui para rediscutir e proteger um direito centenário, bicentenário, tricentenário das senhoras, dos senhores, das suas famílias e dos agricultores catarinenses.

Presidente Mauro de Nadal, parabéns pela proposição. Estou muito honrado de estar aqui representando o Senado da República.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Senhoras e senhores, no ano de 2021 eu era Secretário de Estado, corri para a sala da Ministra Tereza Cristina, minha colega no Senado, e falei: Ministra, estou preocupado. Ela: o que houve, Seif? Respondi: estão começando a mexer em marco temporal de terra indígena, a senhora ouviu essa conversa? Ela me respondeu: ouvi. Continuei: isso vai dar problema grave, porque eu não sei, Ministra, nos demais Estados da Federação, mas no meu Estado as famílias estão há cem anos, duzentos anos, trezentos anos em cima da terra. Se mexermos na segurança jurídica da nossa população – eu temo em dizer para a senhora, lamento em dizer para a senhora, e conheço o povo do meu Estado – infelizmente vai haver conflagração, vai haver conflito. E, infelizmente, o mesmo povo, seja pardo, branco, negro ou indígena, vai entrar em conflito, porque isso é um flagrante desrespeito ao direito de propriedade, descrito no artigo 5º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

Estou falando para vocês de 2021.

Como já foi falado amplamente por outras autoridades, temos menos de um milhão de indígenas, e eu não falo aqui contra os indígenas. Já tive a oportunidade de conversar com alguns. Índio não quer apito, índio não quer oca, índio não quer ter terra, índio quer dignidade, quer hospital, quer escola, quer asfalto, quer Hilux (*palmas*), quer Internet, quer dignidade. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Infelizmente hoje o órgão que defende os índios incita-os a fazer essas coisas. Vocês sabem de quem eu estou falando! Infelizmente, ONGs entram nas terras indígenas e os incitam a fazer esses movimentos, porque eles são pacíficos, ninguém quer guerra, não. Eu não conheço um, nem dois, nem dez, estou falando do que eu sei, não estou chutando, não!

Eu quero dizer a vocês que tenho acompanhado o Governador Jorginho Mello em diversas audiências em Brasília, com vários órgãos e várias autoridades; quero dizer aos senhores, em nome da grande maioria dos Senadores, que nós estamos com vocês e que achamos uma arbitrariedade, um retrocesso, um desrespeito, não só ao catarinense, mas ao povo brasileiro. Algo que está determinado na Constituição Federal regredir por uma inovação, que na verdade sabemos que é um retrocesso; e quero dizer aos senhores ainda que conheço muitos Deputados Federais, não só do nosso Estado como de outros Estados da Federação, e todos são uníssonos em dizer que são contrários a essa proposição da mudança do marco legal.

Infelizmente não quero politizar, mas vimos nos últimos cinco meses do atual desgoverno que se instalou no nosso Brasil que as invasões de terra estão se multiplicando, e isso é um desrespeito à propriedade. Temo que depois do marco temporal da terra indígena venha o marco temporal do quilombola, o marco legal dos negros, dos que foram escravizados, o marco temporal dos animais silvestres, o marco temporal de não sei o quê e não sobre nada de terra para quem trabalha, produz, paga imposto e gera alimento para toda a Nação.

Vocês têm aliados, vocês têm soldados, não só aqui com o Presidente Mauro de Nadal e os demais Deputados Estaduais, mas dentro do governo do Estado. Jorginho é guerreiro, respeitem o nosso Governador, é um homem de palavra, um homem articulado dentro de Brasília, tenho caminhado com ele. Não vamos nos calar no Senado Federal e na Câmara Federal, com todo o respeito ao Deputado Cobalchini, eu tenho certeza de que ele e os nossos colegas dentro da Câmara farão o seu trabalho.

Nós estamos juntos não para defender briga, conflagração, nem preterir direitos dos nossos indígenas, não! São gente como nós e querem o mesmo que nós. No entanto, não podemos permitir, e vamos seguir trabalhando, fazendo a interlocução em Brasília, nos três Poderes, para que essa proposição absurda não passe e vocês tenham paz e tranquilidade para continuar vivendo, produzindo e sendo felizes com as suas famílias.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Registro a presença do senhor coordenador-geral da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Adriano de Medeiros Caldas; do senhor gerente técnico e presidente da Cooperativa Itaipu de Pinhalzinho, Sadi Link, neste ato representando o presidente da Cooperativa Itaipu, Arno Pandolfo; do senhor gerente do Banco Sicoob do Município de Cunha Porã, Luiz Carlos Hubner; do senhor assessor parlamentar Cleber Lemos, neste ato representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Manoel Fernandes Bitencourt; do senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários do Município de Itaiópolis, Anderson Oparacz; e do senhor Henrique Bruggemann, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Nilso Berlanda.

Com a palavra o Deputado Federal Valdir Cobalchini.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL VALDIR COBALCHINI (SC)** – Obrigado, Presidente Mauro, a quem eu cumprimento, e os demais Deputados Estaduais presentes, pelo brilhante evento nesta tarde de segunda-feira aqui na Assembleia. Quero cumprimentar também o excelentíssimo senhor Senador da República Jorge Seif; senhor Secretário de Estado da Agricultura, Valdir Colatto, ex-Deputado Federal por tantos anos, profundo conhecedor deste tema; excelentíssimo senhor Procurador-Geral do Estado, doutor Márcio Vicari, e eu tenho testemunhado, Vicari, todo o esforço que faz a PGE, não poderia estar melhor representada, meu grande professor.

Quero também falar do nosso Governador Jorginho Mello, que tem no seu Secretário da Agricultura, vou repetir, um esteio na defesa do agricultor, do direito à propriedade, uma luta que empreende há tantos e tantos anos.

(*Cumprimenta os demais componentes da mesa e presentes.*)

O que tem chamado muita a atenção é a mobilização que Santa Catarina tem feito. Há pouco tempo estivemos reunidos em um grande encontro – acredito que com mais de 1.500 pessoas – lá em Cunha Porã com esse mesmo grito. Eu penso que para termos alguma chance de manter o marco de 5 de outubro de 1988, será através desta mobilização, pois não podemos cruzar os braços diante da ameaça grave, sim, temos que reconhecer. A votação reinicia dia 7, no Supremo Tribunal Federal, às 9h, e o placar, como foi dito pelo nosso Procurador-Geral do Estado, está um a um. O que indica o perigo é exatamente o voto do Relator, por isso nós temos que ficar muito atentos e de tocaia.

Nós temos um projeto que tramita na Câmara e para o qual já foi pedido regime de urgência, que é o Projeto 490. Ele pode impedir? Não, não pode impedir. Mas, hoje, o que acontece? Um canetaço da Presidência da República desapropria e, o pior, não paga nada! O Projeto 490 determina a indenização, o pagamento, e sabe o que custaria isso para o Brasil? Impagável. Para Santa Catarina? Impagável. Por isso nós vamos votar esse projeto e é uma forma de pressionarmos o STF, sim, de postergar, ou arquivar, ou manter o marco legal.

Por isso, parabéns aos nossos agricultores, homens e mulheres, que se deslocaram lá do oeste e de outros locais de Santa Catarina para ouvir aqui o que já foi dito e eu não quero ser repetitivo. Quero defender aquilo que legitimamente foi adquirido, pago, escriturado, registrado, não tem o que ser discutido. Assim aconteceu com o meu bisavô e quantos bisavôs de vocês que vieram do Rio Grande do Sul, especialmente quando nós falamos do oeste de Santa Catarina, e lá adquiriram legitimamente, ninguém invadiu nada, não existe grileiro entre os nossos agricultores que adquiriram de boa-fé.

Portanto, se está lá no artigo 5º da Constituição que o direito à propriedade é sagrado, não há o que se falar. Aliás, nós temos três ameaças, não apenas em relação aos agricultores, cujas terras estão sendo reivindicadas, não sei se pelos índios ou quem incita os índios. Quero aqui deixar bem claro que não é contra o índio que está estabelecido lá na sua aldeia, mas é a favor do agricultor, daquele que comprou, que está produzindo, que está alimentando o Brasil e o mundo.

Estamos juntos, já tenho usado a tribuna lá da Câmara e as redes sociais, e acredito que a maioria esmagadora... é difícil alguém se levantar, ir para qualquer tribuna e falar diferente disso, gostaria de ver se alguém tem essa coragem. Então é preciso que nós todos continuemos agindo assim.

A nossa esperança é de que, sim, possamos manter o marco temporal, mas que também possamos votar o PL 490, professor Márcio, porque também é um instrumento importante, Deputado Camilo. E este trabalho que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina faz é muito importante, porque isso vai chegar lá também. Toda a ação que se faz aqui repercute lá, esta foto que está aqui – aliás, parabéns a todos que vieram em número muito expressivo - repercute em Brasília.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que estamos juntos nessa briga, e torcemos para que vocês tenham a resposta o mais rápido possível para que retornem as suas casas e tenham a tranquilidade de continuar produzindo por Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Nós temos algumas falas ainda do pessoal que está aqui conosco na mesa de honra, mas eu vou inverter um pouquinho a ordem neste momento e vou abrir para três falas da plateia.

Com a palavra o senhor presidente do Movimento de Defesa, Propriedade e Dignidade (DPD), Nilson Immich.

**O SR. NILSON IMMICH** – Boa tarde a todos os presentes.

Quero cumprimentar o Presidente da Alesc, nosso conterrâneo, [que foi] Prefeito e agora Deputado e Presidente; e as demais autoridades aqui presentes.

Na realidade gostaríamos de estar na nossa propriedade, cuidando das nossas coisas. Há praticamente 23 anos que estamos fazendo esse tipo de trabalho e estamos avançando dia após dia, mas agora com a pendência do CAR complicou realmente a nossa propriedade, porque estamos sem poder ter acesso aos financiamentos, sem poder fazer transferência ou se houver algum falecimento na família, não poderemos fazer essa transferência da escritura.

Falando em escritura, a nossa primeira escritura é de 1917, foi naquela época que se começou a colonizar. A nossa região, como foi colocado, é uma região da legítima reforma agrária, é muito produtiva, talvez esse seria o maior interesse em desalojar esses produtores, porque a gente consegue ver algumas coisas, a gente vai aprendendo com os anos qual é a real intenção.

Eu clamo aqui às autoridades para que possamos levar tudo... eu sei que depende muito de Brasília para poder resolver a nossa pendência do CAR com urgência. Precisamos liberar esse CAR para poder continuar trabalhando, porque já estamos com muitos investimentos que não foram mais feitos porque não tivemos acesso e muitas vezes não aceitam as terras como garantia, e nós precisamos liberar para poder continuar trabalhando.

Há alguns dias que acordamos muito tristes, não dormimos direito por conta dos fatos que acontecem, mas confiamos nos nossos políticos. O nosso Estado é fantástico, eu gosto muito dele. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Eu também quero que levem essas mensagens a Brasília e se precisar, como foi colocado aqui, vamos, sim, fazer uma caravana para lá, já fizemos isso em duas oportunidades, mas nós gostaríamos de uma vez por todas de poder resolver isso. Eu tinha bem menos cabelos brancos do que eu tenho hoje quando isso começou. Como foi bem colocado que temos muitas pessoas falecidas por *n* motivos e agora os filhos que eram pequenos – têm crianças que nasceram naquela época – hoje estão com 23 anos, e eles escutaram a vida inteira: não sei se um dia vamos ter que sair daqui, porque vamos perder nossas terras. Vamos para onde? Então, o caos que se cria com isso, o medo que se tem, muitas vezes é assustador.

Eu quero já de antemão agradecer ao Presidente, Deputado Mauro de Nadal, que também foi lá, às autoridades que foram na nossa audiência pública em Cunha Porã. Ficamos muito felizes, porque passaram mais de duas mil pessoas, temos isso registrado na ficha de presença, e o nosso grito de socorro, como falamos lá, conseguiu atingir, sim, o que precisávamos atingir. Eu creio que daqui também saia um grito no mesmo sentido e que ele possa ser espalhado. E precisamos trabalhar, sim, em nível de Brasil, este país tão maravilhoso tem capacidade de produzir tanto alimento para que possamos continuar a fazer o que sabemos fazer.

Quero agradecer em nome do Movimento de Defesa da Propriedade e Dignidade (DPD) e de todas as pessoas que se dispõem a participar, a se deslocar de sua casa. A gente diz que não é perder um dia e, sim, ganhar, mas, infelizmente, para defender o que é nosso. É muito complicado pensar nesse sentido.

Eu agradeço e rogo a Deus que realmente as pessoas possam ser tocadas, que possam entender que no marco temporal não se mexe. Isso é coisa que está na Constituição e, se acontecer, a nossa defesa, que já está ganha em três instâncias federais, vai por água abaixo e não se sabe o que pode ocorrer. E, como o Senador Jorge Seif sempre colocou, a desgraça vai ocorrer em nossa região.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Eu vou pedir a vocês para estipularmos um tempo de três minutos para cada manifestação para que todos possam fazer uso da palavra.

Com a palavra o senhor Ubiratan de Souza, advogado indígena.

**O SR. UBIRATAN DE SOUZA** – Boa tarde a todos.Eu sou Ubiratã, sou um indígena oriundo do Estado de Roraima, radicado em Santa Catarina desde os 14 anos e estou aqui para apoiar a luta de vocês.

Em que pese ser um indígena, não tenho nada contra, muito pelo contrário, como disse antes, sou favorável à luta de vocês. Nós, indígenas, que somos produtores rurais também, queremos muito a aprovação desse PL nº 490, como falei antes ali para uma Vereadora, porque o que serve para vocês na questão da segurança jurídica da propriedade, também serve para nós. Dentro do PL 490 existem elementos que permitirão que os indígenas possam produzir. Se você fizer uma leitura completa do projeto, existem esses elementos do artigo 27 em diante.

Quero dizer também que o PL 490, salvo engano, é de relatoria do Deputado Arthur Maia, da Bahia. Foi um relatório muito bem elaborado, inclusive com base nas dezenove condicionantes do Supremo Tribunal Federal, aquelas dezenove condicionantes que foram exaradas no julgamento da terra indígena Raposa Serra do Sol. Justiça seja feita – e aí eu falo com o meu colega Procurador, digo colega Procurador, porque sou advogado e me permita assim lhe dirigir a palavra – ao Ministro Carlos Ayres Britto, que naquela oportunidade do julgamento da Raposa Serra do Sol disse claramente: a pá de cal, esse foi o termo utilizado, para a questão indígena no Brasil, é a data de 5 de outubro de 1988. Ele foi claríssimo nesse sentido.

Então quero colocar aqui para vocês essa posição da União Nacional dos Indígenas do Brasil, para que vocês possam ter conhecimento de que nem todos os indígenas pensam da mesma maneira. Existem várias visões de mundo, várias posições de mundo e nós, indígenas, que queremos produzir alimentos para o Brasil e para o mundo, estamos com vocês.

E aí eu cobro, Deputado Valdir Cobalchini, o empenho da Câmara dos Deputados, esse PL precisa ser aprovado com muita urgência; e peço também ao Senador Seif, que agora está ausente, que possa ter o mesmo empenho no Senado.

 Então é isso. Muito obrigado pela atenção de vocês e vamos juntos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o Vereador Pitanta, de Palhoça.

**O SR. VEREADOR PITANTA (Palhoça/SC)** – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Mauro de Nadal, e em seu nome todas as autoridades aqui presentes.

Senhor Presidente, meus amigos, minhas amigas e principalmente o povo da Palhoça que está aqui, eu digo para vocês, com muita tranquilidade e com muita certeza, que a justiça neste país tem que ser aquilo que diz a Constituição Federal de 1988. Mas tenho algumas dúvidas por trás, porque estive recentemente em Brasília – junto com o Juninho, apoiado pelos demais Vereadores da Câmara Municipal de Palhoça –, e senti a falta de muitos Deputados de Santa Catarina naquela audiência pública. Lá estavam três Deputados Federais: a Daniela Reinehr, que foi Vice-Governadora, a Caroline De Toni e o Zé Trovão. Os demais Deputados Federais de Santa Catarina não estavam presentes e, com isso, a gente fica preocupado.

E fico mais preocupado ainda, Deputado Cobalchini, porque o Projeto 490/2007 está na Câmara Federal desde 2007 e, até hoje, não foi apreciado. Isso me deixa preocupado como Vereador do Município de Palhoça há 47 anos. No Município de Palhoça não tinha indígena em 1988! Por que esse projeto até hoje não foi colocado em votação? Faltou apoio de quem? Dos Deputados Federais de Santa Catarina que não pressionaram e, hoje aqui, só tem o Deputado Cobachini? Eu gostaria de pedir uma salva de palmas para esse Deputado que aqui está. (*Palmas.*) E onde estão os demais Deputados de Santa Catarina? Uma audiência como esta tão importante.

Eu quero, Presidente, primeiramente, parabenizar o Governador do Estado de Santa Catarina, a Procuradoria do Estado, porque Santa Catarina não entrou na demarcação porque tem uma ação do governo do Estado de Santa Catarina. Eu estou acompanhando isso há mais de 12 anos lá no Congresso Nacional, há mais de 12 anos acompanhando, junto aos Deputados e aos Senadores em Brasília, esse sofrimento do meu povo do Município de Palhoça, de pessoas que vivem lá há mais de 150 anos e estão aqui, chorando, lamentando, pedindo apoio do nosso Prefeito, dos nossos Deputados, dos nossos Senadores.

Eu não quero me alongar muito devido ao tempo e para que os demais possam falar, mas o povo de Palhoça pode ter certeza, confie neste Vereador, confie neste Prefeito que aqui está, confie no povo de Santa Catarina e, principalmente, no Governador, pois estão lutando conosco e vamos ter êxito. Eu ainda confio na Justiça deste país. Se nós rasgarmos a Constituição, o que será de nós, como políticos? O que será do povo de Santa Catarina e do Brasil?

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o Secretário de Estado da Agricultura, Valdir Colatto.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO VALDIR COLATTO (SC)** – Boa noite a todos.

Eu queria cumprimentar o Deputado Estadual Mauro de Nadal, Presidente da Assembleia, e em seu nome todos os Deputados Estaduais; o Seif, que já saiu, nós temos muitas e muitas reivindicações com ele, tudo que se passa aqui, nós passamos para os nossos Senadores e os nossos Deputados; o Cobalchini, que esteve nos visitando e, por isso, chegamos atrasados e queremos pedir desculpas aos senhores. Cumprimento também o doutor Márcio Vicari, que é o nosso Procurador do Estado, que está fazendo um grande e importante trabalho dentro da área jurídica, uma das áreas que temos que trabalhar; o doutor Loreno, que também há muitos anos lutamos lá em Brasília e aqui na defesa dessa questão do reconhecimento do marco temporal das terras indígenas; e também a cada um e a cada uma de vocês mas, principalmente, aos nossos produtores, esses bravos agricultores que produzem, que trabalham, que geram emprego e que têm o nosso respeito e o nosso reconhecimento. Parabéns a vocês que estão aqui.

Eu comentava com o doutor Márcio Vicari que praticamente toda a plateia desta audiência pública é composta de pessoas maduras, e parece que os jovens não estão presentes ou estão alheios a esse processo, isso é muito ruim. Eu espero que os jovens que são os herdeiros, que são os sucessores dessas áreas, possam estar presentes nessa luta no dia a dia.

Nós temos aqui a DPD, que conhece bem toda a luta que foi feita, todo trabalho; o nosso saudoso Paulinho, que se foi lutando, não viu o dia da vitória, o dia de reconhecerem as propriedades legítimas dos nossos agricultores; o José Walter Dresch, da Fetaesc; o Enori Barbieri, que representa a Faesc; a Facisc, doutor Carlinhos que nos ajudou muito nesse processo, tanto na questão indígena e fundiária, como na questão ambiental; e cada entidade que está aqui.

Então, Presidente, claro que a gente queria trazer o testemunho do governo do Estado, do Governador Jorginho Mello, que está trabalhando forte, já esteve lá em Brasília. O doutor Vicari comanda toda essa área jurídica e nós temos que continuar ainda com várias lutas. Lá em Cunha Porã tivemos mais de duas mil pessoas manifestando o problema, a preocupação e o medo de não ter segurança jurídica das suas propriedades. Quem conhece, como eu conheço, aquela área, sabe que seria a maior injustiça que se faria se um dia tornarem a área Araçá como área indígena.

Nós sabemos muito bem, como se falou aqui, que a reforma agrária começou em 1917, coincidentemente com a Revolução Russa, e de lá para cá estamos trabalhando dentro dessa linha de que está se fazendo a reforma agrária ao inverso em Santa Catarina. Pergunto: onde ficarão esses agricultores se acontecer essa desgraça? Nós estamos fazendo o contrário do que precisava fazer. O governo fala tanto em reforma agrária, na necessidade de assentar pequenos agricultores e nós estamos aqui, praticando, neste momento, a reforma agrária ao inverso. Lá em Cunha Porã, como já vimos em outras áreas, a média é de 9 hectares por produtor. Então, imaginem a injustiça que se está fazendo aqui, em Santa Catarina.

Nós trabalhamos bastante e o governo Bolsonaro, com certeza, não permitiu a criação de novas áreas. Agora, com o novo governo, nós vemos de volta aquela velha política, talvez até velhaca, de criar novamente terras indígenas. Nós temos no Brasil que 14% das terras são indígenas, 900 mil indígenas, 50% estão na cidade e, agora, com o marco legal – que nós temos que defender com unhas e dentes, por isso o nosso apelo ao mundo político para que não deixe acontecer –, nós vamos para 30% do território brasileiro. Isso equivaleria a 1.200 hectares por indígena no Brasil. O problema não é terra, o problema é cidadania e integração dos nossos índios para que sejam cidadãos iguais brasileiros.

Eu queria dizer que estamos trabalhando em três linhas. A política, e aqui faço um apelo aos nossos políticos estaduais – que já fui também, mas me considero ainda dentro do processo –, que estão fazendo muito bem esse trabalho aqui em Santa Catarina, mas lá em Brasília também, Cobalchini, a questão é política, na verdade. E tem os instrumentos do Congresso Nacional, embora as dúvidas com as decisões do Supremo Tribunal Federal, para que nós possamos trabalhar politicamente para impedir que aconteça essa questão de derrubar o marco legal. E não somente isso, fazer respeitar as terras, porque o anúncio da criação de uma terra já influencia a invasão dessas áreas. Isso é o que está acontecendo aqui em Santa Catarina, talvez até auxiliado pela própria Funai. Então nós temos que trabalhar essa questão política.

E nós também temos que trabalhar outro lado, que é defender o direito de propriedade, com certeza, importante. Mas, principalmente, nós temos que trabalhar... aí o doutor Vicari já nos mostrou que teve uma decisão do Ministro Gilmar Mendes, de que as terras têm que ser ocupadas permanentemente em 5 de outubro de 1988, e não ocupada simplesmente buscando a imemorialidade ou a originalidade, que assim teríamos que voltar para o ano de 1500. E nesse processo tivemos informações concretas de que em 1935 o governo federal passou as propriedades para o Estado, as terras, e a Constituição de 1988 acabou retomando para a União as terras indígenas.

Então, se isso está acontecendo, o caminho que nós estamos levantando é de que se a União é a proprietária, se delegou para o Estado, e o Estado titulou os nossos agricultores, então cabe aí uma indenização, sim, das terras, das benfeitorias, da produção e até do cessamento da produção. Nós estamos fazendo, doutor Vicari, por intermédio da Secretaria da Agricultura – e peço aqui aos Prefeitos que estão presentes e todos que possam nos ajudar –, um levantamento minucioso dos bens que estão nessas áreas. Já fizemos um levantamento, que ainda temos que aprofundar, na área lá de Cunha Porã, só aquela área de 2.700 hectares, onde estão querendo criar a terra indígena, passam de R$500 milhões de indenizações que teriam que acontecer, se forem homologadas aquelas terras indígenas.

Então, acho que por aí nós vamos trabalhar. Vamos jogar no colo do governo os 58 mil hectares das dez áreas que estão querendo desapropriar aqui, em Santa Catarina. E esse valor alguém tem que pagar a conta. É claro que os agricultores não querem e não devem abandonar ou deixar de lutar por suas terras, mas, se acontecer, alguém tem que pagar essa conta. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Então nós vamos trabalhar, certamente, nesta questão. Nos próximos dias já teremos os levantamentos das dez áreas para entregar à área jurídica, que trabalha lá em Brasília e também a nossa área jurídica, para que nos ajudem a trabalhar fortemente nesse processo para que possamos fazer a defesa.

E quero dizer também que essa questão indígena não é uma questão dos agricultores, é uma questão em que toda a sociedade catarinense e brasileira tem que se envolver. Já se falou aqui que será uma desgraça se acontecer isso com essas terras.

No governo anterior nós defendemos somente as terras homologadas, isto é, decretadas pelo Presidente da República e reconhecidas como terra indígena. Hoje, mesmo sem o marco temporal, estão querendo dizer que as áreas declaradas são terras indígenas. Isso fez com que, já se falou aqui, como o nosso amigo do DPD, que alguém do governo federal - e gostaria de pedir para o Deputado Cobalchini ver lá quem determinou que as terras declaradas não homologadas colocam restrição do CAR. Nós sabemos que está acontecendo, e por quê? Quando se coloca uma restrição no CAR, bloqueiam-se todas as operações de crédito de qualquer atividade dentro dessas áreas e inviabiliza totalmente os nossos produtores. Isso está acontecendo no Brasil inteiro, só que nós não conseguimos saber quem é que deu essa ordem. Acontece, chega lá no banco e bloqueia, Barbieri, mas ninguém assume a responsabilidade.

Eu acho que é importante nós lutarmos em todas essas áreas e os nossos Deputados Estaduais, Federais, Vereadores, todos nós nos envolvendo pelo impacto, pela ação que vai acontecer se forem criadas essas áreas.

A Secretaria da Agricultura está trabalhando esse processo, está junto, passando informações para o governo Jorginho Mello, para o nosso Procurador Márcio Vicari e com isso nós podemos levar a conta para o governo. E a conta é assim: vocês querem desapropriar essas áreas? A conta é essa. Quem vai pagar? Porque eu acho que é uma maneira de sensibilizarmos as nossas autoridades para que possamos fazer, então, a diferença.

Nós estamos juntos, contem conosco. A Secretaria da Agricultura está atenta, está levantando, fazendo o trabalho técnico para buscar os subsídios para que possamos travar, definitivamente, essa batalha lá em Brasília. Mas tenho a certeza de que nós temos três caminhos: o político, o jurídico e o administrativo, de apresentarmos a conta, porque ninguém quer vender a terra, mas se tiver que apresentar a conta, eu tenho certeza de que não tem recursos no Brasil para pagar a conta aos nossos agricultores. Então, os trabalhos são nessa linha. Continuem, não desistam, vamos em frente. Está aí a Constituição que garante o direito de propriedade. E nós todos temos que estar abraçados nessa batalha.

Com certeza, quem está aqui está representando as suas entidades, fazendo a sua parte. Mas a sociedade inteira tem que saber o que está acontecendo, mostrar e colocar a sua contrariedade com o possível desastre que pode acontecer neste Brasil. Nós já informamos a nossa área de segurança. O nosso Governador Jorginho Mello, lá em Chapecó, na sexta-feira, fez um pronunciamento forte, dizendo que em Santa Catarina vai se respeitar o direito de propriedade e que dará a segurança jurídica, e até policial, para os nossos agricultores, seja nas questões indígenas ou de invasão do movimento sem-terra.

Obrigado, estamos lutando por todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o senhor Francisco Jeremias.

**O SR. FRANCISCO JEREMIAS** – Boa tarde a todos e a todas.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

O meu nome é Francisco Jeremias, moro na cidade de Vitor Meirelles, onde nós temos um conflito muito grande que está tramitando no Supremo Tribunal Federal. Nós estamos muito preocupados com essa situação. E nós fazemos um apelo às lideranças que estão aqui.

Quero dizer para vocês que não são 2 mil hectares. Os nossos índios lá já têm 14.500 hectares demarcados desde 1926. Eles querem uma ampliação, senhor Oscar, para 37 mil hectares dentro de Santa Catarina, 37 mil hectares é muita coisa.

Estou aqui hoje representando mais de oitocentas famílias de agricultores familiares do Alto Vale de Santa Catarina. Nós ficamos temerosos, pois lá nós temos escritura de 1902. Quem conhece o Alto Vale de Blumenau para cima, nós fomos incluir no processo, Procurador, buscando escritura, que nem Rio do Sul, nem Indaial, nem Ibirama, nem Presidente Getúlio, não tinha Fórum, não tinha cartório. Nós fomos buscar no 1º Registro de Imóveis de Blumenau.

Então, vocês vejam, escritura de 1902. Nós, hoje, vindo aqui e indo a Brasília, gastando o dinheiro do agricultor, porque nós já fomos várias vezes a Brasília, no Supremo. Inclusive, antes das eleições, nós estivemos em audiência com o Fórum Parlamentar de Santa Catarina e fomos bem-sucedidos com o governo Bolsonaro e com os Deputados de Santa Catarina. Nós ficamos muito contentes com o que conversamos lá, voltamos para casa com a alma lavada.

Será que os nossos agricultores de Santa Catarina e do País irão viver em paz como os nossos avós viveram? Ontem à tarde eu estava no cemitério da nossa comunidade, onde o meu avô foi enterrado com 136 anos de idade e o meu pai com 101 anos. E hoje, os netos e os bisnetos estão discutindo esse assunto tão polêmico da questão do marco temporal. O marco temporal, Procurador, os nossos Constituintes de 1988 fizeram a coisa legítima, respeitando a propriedade. E, agora, em pleno 2023, estão querendo rasgar a nossa Constituição, o artigo 231, de 5 de outubro de 1988. Que segurança, Presidente, o nosso agricultor tem para realmente continuar produzindo? Já pensou você tirar do Alto Vale de Santa Catarina, lá da minha região, mais de oitocentas famílias? Vão colocar onde? Vão vir essas pessoas que estão com 90 anos, 80 anos, 70 anos, 60 anos morar em uma favela na cidade? Eles só sabem produzir alimentos para colocar na mesa daqueles que se alimentam no dia a dia.

Eu acho um desrespeito nós estarmos correndo na estrada, arriscando a nossa vida. Os nossos agricultores, lá do oeste de Santa Catarina, vindo em caravana defender uma coisa que já é deles, que já era dos seus avós, dos seus bisavôs, e assim é a situação no nosso Alto Vale também.

Então, nós fazemos um apelo para as nossas lideranças, para o nosso Procurador. Procurador, a Reserva do Sassafrás, da Fatma, faz parte dessa área da qual nós estamos falando. Já pensou passar de 14 mil hectares para 37 mil hectares? Sendo que os agricultores vivem lá com 14 hectares, 15 hectares por família. Por família!

Então, realmente, é um desabafo, é um apelo que nós fazemos para os Procuradores aqui, de Santa Catarina. Sexta-feira faz cerca de vinte dias, nós conversamos com o Governador e ele disse: nós vamos dar um jeito em Santa Catarina, vamos deixar o agricultor trabalhando e lutando pela vida. Porque tirar a terra de nós, agricultores, realmente é tirar a vida, porque nós vivemos da propriedade. Nós não sabemos fazer outras coisas – saber, até sabemos - mas o que nós sabemos é produzir o alimento para colocar na casa de cada cidadão, de cada catarinense, de cada cidadão do Brasil e também do mundo. No nosso Brasil, hoje, a cada três pratos de comida que são produzidos, um é o agricultor brasileiro que produz.

Então, representando essas famílias de agricultores do Alto Vale, de Vitor Meireles, nós trazemos aqui o apelo deles também. Nós conversamos esta semana, seu Oscar, e o pessoal está apreensivo. Nós estivemos na votação, no Supremo Tribunal Federal, e os Ministros disseram: é um caso polêmico, pois o índio tem direito e o agricultor também. E aí o Ministro Fachin vota considerando quinhentos anos atrás. E esse nosso agricultor já passou por muito tempo.

Agradeço, Presidente Nadal, por esta iniciativa, por esta audiência pública, que hoje está aqui reunindo as lideranças de várias cidades de Santa Catarina, de vários Municípios. Vários agricultores, apreensivos, deixaram a sua vaca de leite, deixaram suas culturas, a sua silagem, para vir aqui defender um direito que já é seu. É vergonhoso este país, no qual o nosso Supremo Federal está querendo rasgar a nossa Constituição.

Nós ainda teríamos muito para falar, mas o tempo é curto, Deputado, e nós vamos deixar os outros amigos também falarem. Obrigado pelo tempo que nos deu e contamos com o nosso Procurador do Estado, porque já acompanhamos várias vezes lá em Brasília, e estamos esperançosos de que o governo do Estado realmente dê a volta por cima e volte a tranquilidade ao nosso campo, às nossas propriedades, às comunidades do nosso Município e, especialmente, ao nosso Estado de Santa Catarina.

Obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o senhor Luciano Pereira.

**O SR. LUCIANO PEREIRA** – Boa noite, Deputado Mauro, parabéns pela belíssima iniciativa de promover esta audiência pública aqui na Alesc.

Eu me chamo Luciano Pereira, sou morador do Município de Palhoça. Tive a oportunidade de ser Vereador de 2017 a 2020 naquela cidade e fui o propositor da audiência pública da demarcação das terras indígenas naquela cidade. Na ocasião, pude presidir aquela Comissão junto com alguns Vereadores: Marcos Roberto de Melo, Elton Esomérico de Quadros, Joel Felipe Gaspar (Pakão) e Nirdo Arthur Luz (Pitanta). Enfim, é um problema que vem assombrando o Município de Palhoça há muitos anos.

Eu falo do Município de Palhoça por conhecer aquela região e por saber o que isso vai causar de mal para aquele Município, pois é uma coisa desastrosa. Vai varrer praticamente o sul do Município de Palhoça, do Furadinho até a Pinheira, e isso nós não podemos admitir. O Procurador-Geral do Estado foi bem feliz quando disse que vai lá defender, sim, com unhas e dentes essa causa.

É inadmissível que o Supremo rasgue a Constituição e possa admitir que não aconteça o marco temporal, que não faça cumprir a Constituição brasileira. É inadmissível que os senhores, que estão sendo pagos, não defendam essa causa.

O senhor Valdir Colatto, hoje Secretário da Agricultura no Estado, foi muito bem escolhido pelo Governador do Estado, senhor Jorginho Mello. Eu tive a grata oportunidade de ir a Brasília e o então Deputado Federal Valdir Colatto nos acompanhou e abriu inúmeras portas para nós durante aquela visita. E ele foi muito bem, muito feliz, quando aqui falou que precisamos de força política. Infelizmente, o que move este país é a política, e tem muita política dentro do Supremo, dentro da Funai.

O Delegado da Polícia Federal, senhor Marcelo, que na ocasião foi muito bem escolhido pelo Presidente Bolsonaro para presidir a Funai, falou-nos numa reunião que, infelizmente, ele não conseguia entrar na Funai por forças políticas entranhadas, emaranhadas lá dentro daquela instituição. Forças políticas que são pagas para defender o interesse do índio e não o interesse de ONGs, que infelizmente assumem a frente dos índios, que se intitulam defensores dos índios, mas não são, são defensores dos interesses dessas ONGs. E digo que existem ONGs muito bem-intencionadas, Deputado Mauro, mas têm várias que só defendem os seus interesses e acabam colocando os índios contra os agricultores, contra os moradores e contra as pessoas que têm a legitimidade da terra, acabam criando um conflito que, na verdade, não deveria acontecer.

Parabéns, Deputado Mauro, pela iniciativa, e parabéns a todos os envolvidos. E peço aqui ao Procurador do Estado, doutor Márcio, que defenda, com unhas e dentes, o interesse do Estado de Santa Catarina.

Obrigado e parabéns a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o senhor Enori Barbieri, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (Faesc).

**O SR. ENORI BARBIERI** – Boa noite a todos.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Eu venho explicar um pouco o que a Federação da Agricultura tem feito nesse trabalho. Muitos me conheceram de cabelos pretos e estão junto conosco desde o fatídico dia em Abelardo Luz, Secretário Colatto, onde, numa invasão dos indígenas, mataram o nosso presidente, Ulisses Stefani, com um tiro na cabeça, na porteira da sua propriedade. Isso foi lá nos idos da década de 1990 – não sei em que ano foi, mas isso aconteceu. Na porteira da sua propriedade ele levou um tiro de um indígena no meio da cabeça em defesa de sua propriedade.

A Federação da Agricultura, que faz parte do sistema CNA - e eu não vou repetir o que já todos falaram com muita propriedade -, se habilitou nesse processo do Supremo como *amicus curiae* e fez uma defesa oral, mostrando para os senhores Ministros, que parece que não querem enxergar, que os indígenas já têm 119 milhões de hectares e os agricultores do Brasil inteiro produzem em 81 milhões de hectares. Ela mostrou que se o marco temporal não valer, são mais 450 processos feitos pela Funai e mais 120 processos sendo estudados, o que vai dar mais uma área de 127 milhões de hectares que vão parar naquilo que foi dito aqui. Trinta por cento do território nacional estará na mão não dos indígenas, mas daqueles que o Senador não quis dar nome, mas eu dou o nome, das ONGs internacionais que exploram os indígenas. Estará na mão de um braço da Igreja Católica, que tanto quanto os indígenas, apoia o movimento sem-terra (*palmas*). [*Transcrição: Marivânia Pizzi*]

Então, a verdade tem que ser dita. As ONGs de bem, que andam por aí fazendo todo dia os seus esforços, o seu trabalho, são maculadas por essas ONGs internacionais que querem terra. Essas querem terra, porque sabem o que tem no subsolo dessas áreas indígenas. (*Palmas.*)

Mas o mais triste é que esse processo do marco temporal, se derrubado, está avançando em criação de propriedades indígenas, de áreas indígenas, para o Sul do Brasil. Aqui, que estamos com 1% de espaço, está marcando para cá - e nesse estudo dito para o Supremo -, isso vai afetar a produção de grãos. Vamos deixar de produzir R$ 350 bilhões em produção agrícola, vamos deixar de ter 1,5 milhão de empregos, vamos deixar de exportar US$ 42 bilhões por ano, porque nós vamos produzir menos. E vamos ter menos alimentos que vão impactar na vida daqueles que estão confortáveis e não estão enxergando isso.

Eu só quero tratar desses números que o Supremo, infelizmente, parece que não enxerga. Os nossos números não são favoráveis ao Supremo. Mas, agora, Deputado e Secretário Valdir Colatto, a ida do senhor junto com o Governador no oeste dizendo claramente de que lado o nosso Governador está, na defesa do direito de propriedade, já repercutiu. Eu vim do oeste, de Itapiranga, nesse final de semana, de onde eu saí, passando pelo oeste e chegando em Xanxerê. Repercutiu muito, porque nós estamos com um processo lá de ameaça de invasões de terra, o significado do que é a palavra do Comandante deste Estado e, agora, também com o apoio da Assembleia Legislativa para nos defender, porque aqui, em Santa Catarina tem a mão do governo protegendo os agricultores. Esse é o resultado que vai trazer a sociedade conosco. Se não ganharmos no Supremo, é preciso que o Estado assuma, com o nosso apoio, porque aqui, em Santa Catarina, mandam os catarinenses.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o Deputado Estadual Oscar Gutz.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL OSCAR GUTZ** – Boa tarde, Deputado Mauro, Presidente da Alesc.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Eu quero fazer minha fala bem rapidinha, porque sou um colono sofrido na roça. Quero compartilhar com vocês esse drama que vocês estão passando, assim como várias pessoas do nosso Estado de Santa Catarina e do Brasil. Temos que olhar para frente, para quem produz, e não olhar para trás, para quem não produz.

Vamos nos unir e trabalhar juntos para um Brasil melhor, para um Estado melhor. Aqui tem senhores e senhoras com escrituras de mais de cem anos, talvez até com mais de duzentos anos. Se naquela época, na capa daquela escritura estava escrito República Federativa do Brasil e aquilo não vale mais nada... vocês tiveram que pagar a escritura, o registro da escritura e hoje não é mais para ser de vocês ou não é mais para ser nosso?! Que País que nós temos?

Nós temos que brigar pelo nosso direito, porque nós já somos sofredores de pagar tanto imposto que vai para Brasília e que retorna muito pouco para Santa Catarina. Chega de nós sermos palhaços. Vamos nos unir, com luta e garra, para vencermos essa batalha.

Um grande abraço a todos. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o Deputado Camilo Martins.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL CAMILO MARTINS** – Boa noite.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Estudei esse assunto, como advogado que sou, mas não serei redundante, por tudo que foi falado aqui. Nós tivemos uma aula do nosso nobre advogado, colega, hoje Procurador, Márcio Vicari. Mas vejam a instabilidade que há na vida de todos nós em virtude de uma decisão administrativa em que já há a coisa julgada no STF, no caso da Raposa Serra do Sol, onde foi decidido pelo nosso STF que o marco temporal é dia 5 de outubro de 1988.

O Ministro Gilmar Mendes, numa decisão em apartado - hoje nós estávamos conversando com o Procurador Márcio Vicari -, já tinha sepultado essa questão. Agora, essa insegurança jurídica volta novamente às nossas vidas. No Município de Palhoça, para vocês terem uma ideia, nós temos a demarcação do Morro dos Cavalos, que pelos antigos que lá moram, dizem que nunca estiveram índios lá naquela localidade. E temos, agora, lá uma área demarcada, declarada terra indígena.

Mas também temos uma área em estudo do Cambirela e uma área em estudo do Maciambu, que vão representar diversos bairros - e aqui eu vejo o pessoal da nossa Enseada de Brito, que comemorou uma fundação de quase trezentos anos nesses últimos dias. Essa insegurança jurídica nós não podemos mais ter no nosso país, com pessoas que viajaram doze horas para defender seus direitos, mas que podiam estar lá, cuidando dessa agricultura familiar, dando sustento para os seus entes queridos, principalmente levando a economia dos catarinenses para outros patamares.

Nós vamos ter, sim, o julgado iniciado no STF, mas o importante, e aqui está o nosso Deputado Federal, é o PL 490. Nós não podemos mais admitir que demarcações de terras indígenas sejam decididas por burocratas do terceiro escalão, que simplesmente resolvem e dizem: ali será uma terra indígena. Nós temos, sim, que escutar os nossos Congressistas, que foram legitimamente eleitos pela população, para que tenhamos a questão decidida por lei.

E aqui ouvindo o Enori Barbieri, Santa Catarina é diferenciada. Que se dê a oportunidade aos catarinenses, por meio de uma lei, para que o nosso Estado decida, por intermédio da Assembleia Legislativa, o que é terra indígena. Nós, aqui, vamos decidir.

De mais a mais, contem com este Deputado. Vamos lutar e vamos trabalhar em todas as frentes. Um forte abraço e parabéns pela vinda de todos vocês. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Com a palavra o jovem Cristian Lassig.

**O JOVEM CRISTIAN LASSIG** – Uma boa tarde a todos.

Cumprimento todas as autoridades mencionadas pelo protocolo anteriormente e agradeço profundamente a oportunidade de me pronunciar.

Eu tenho 18 anos, resido com a minha família no interior de Cunha Porã, em Araçazinho. A nossa propriedade consiste basicamente na produção de leite, bovinocultura de leite. Eu nasci e cresci em meio a esse conflito.

Nós temos uma propriedade familiar que vem passando de geração a geração, ano após ano, é um trabalho de muito tempo. Meus bisavós chegaram àquelas terras em 1954. Eles estavam, desde aquela época, desbravando, colonizando, tentando tirar daquela terra o seu sustento e a sua dignidade. No meu caso, são cinco gerações trabalhando honestamente sobre aquelas terras. Mas existem famílias que estão estabelecidas há muito mais tempo do que a minha e nos últimos anos elas precisam conviver diariamente com inseguranças e incertezas, não sabendo se podem investir em suas terras e preocupadas com o que vão fazer, se realmente um dia precisarão sair [de suas terras]. Vocês têm noção da aflição e da incerteza que é passar isso diariamente, viver num local desses? Uma conversa entre vizinhos geralmente termina assim: o que vai ser de nós se um dia realmente precisarmos sair das terras? É uma pergunta que todos os agricultores se fazem e que não temos resposta.

Esse é um tema que não deveria ser discutido. As terras são dos agricultores, por direito. Por que nós, agricultores, que adquirimos honestamente as terras, que foram escrituradas com o aval do governo, que foram compradas com suor, com dignidade, precisamos agora passar por tantas aflições? E, ainda por cima, sermos tratados como bandidos, precisando abandonar a terra de um dia para o outro? Seria essa a decisão mais sábia a ser tomada? Desapropriar mais de duzentas famílias que construíram a sua história naquele lugar? Isso se chama justiça? Precisamos que a Constituição seja respeitada! A permanência do marco temporal é fundamental, não somente para o nosso caso, mas para a segurança jurídica de todo o nosso país.

Para as autoridades aqui presentes, eu gostaria de pedir encarecidamente que olhem por nós, vistam a camisa por nós, agricultores. Já diria a minha querida irmã, Cláudia: querem tirar esse nosso direito, um direito de propriedade nosso, não deixem isso acontecer! Nós apenas queremos continuar trabalhando honestamente e com dignidade sobre as terras que nós conquistamos e que são nossas.

O meu muito-obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** – Mais algum inscrito? (*Pausa.*)

Então, não havendo mais inscritos, quero dizer que fruto desta nossa conversa de hoje, desta audiência, nós já estamos buscando uma audiência em Brasília, no STF, com o Ministro que tem o pedido de vista dessa questão do marco temporal e mais outros Ministros que não proferiram ainda o voto.

Hoje, no meu deslocamento para cá – eu saí de Cunha Porã às 5h da manhã –, durante o dia eu já conversei com quem está buscando essas audiências e me farei acompanhar do nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, assim como pretendo também ter a presença do nosso Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina nessa ida [a Brasília]. É claro, não podemos levar muitas pessoas nessas audiências em virtude da agenda dos Ministros, mas nós já estamos trabalhando nessa linha para levar a carta do Parlamento catarinense mostrando a nossa interpretação sobre o marco temporal. Então, esta audiência de hoje nos dá essa segurança de encaminhamento.

Nós permitimos a manifestação dos agricultores, das entidades que representam os nossos agricultores, tivemos o posicionamento do governo do Estado de Santa Catarina, aqui expressado pelo Procurador-Geral, doutor Márcio Vicari, que foi muito claro, e também das autoridades que representam as nossas Federações, as nossas Associações, a sociedade civil organizada em Santa Catarina. E esse posicionamento expressado aqui deixa muito claro para todos nós, Deputados, o encaminhamento que deveremos adotar no momento de levar esta carta até o STF. Com certeza também daremos conhecimento do conteúdo desta audiência pública e do posicionamento de Santa Catarina aos Presidentes da Câmara Federal e do Senado da República, entregando a eles esse encaminhamento fruto desta audiência pública realizada no dia de hoje.

No mais, quero agradecer a presença de todos vocês e desejar um excelente e seguro retorno. Só quem vem lá do extremo-oeste, como nós, que estamos aqui semanalmente, sabe a dificuldade desse deslocamento, da morosidade na estrada, mas vocês fizeram esse esforço todo para estarem aqui e expressar a sua vontade, que é a permanência na terra para continuarem produzindo lá no interior dos nossos Municípios, na pequena propriedade rural. Tenham todos um bom retorno, que Deus abençoe vocês nessa jornada. Um grande abraço a todos.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [*Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar / Revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé e Dulce M. da Costa Faria*]

**DEPUTADO ESTADUAL MAURO DE NADAL**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA E PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**